

# Justiça Federal

## Digital

► **HubJus de Inovação na JFES “foi surpreendente”, diz instrutor**

# HUBJUS



415



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Espírito Santo

## ► Instrutor do HubJus fala sobre o curso ministrado em Vitória: “realmente aqui foi surpreendente”



Lincoln e Tamara, consultores da WeGov

Enquanto oito grupos formados por servidores e convidados punham a ‘mão na massa’ e montavam os protótipos de suas ideias, o JF Digital conversou com André Tamura, sócio da empresa WeGov, idealizada por ele e sua esposa, Gabriela, quem vem ministrando o HubJus na Seccional capixaba. Confira abaixo trechos da entrevista concedida no dia 8/11.

Tamura contou que estudou Administração de Empresas e Economia. Trabalhou em uma empresa que cuidava da capacitação para servidores públicos “em áreas bem tradicionais”, como formação de pregoeiros, gestão de contratos, “coisas que mantêm o governo funcionando do jeito que é”.

Eles começaram a ter então, a partir do campo de seu campo de estudo, “a ter umas ideias mais ousadas”, na época em que surgiram as redes

sociais, como Orkut. Foi a partir das áreas de Comunicação de algumas dessas instituições que foram testadas algumas “ideias mais ousadas”, inovação.

“Entramos e testamos muitas coisas com assessores de comunicação, jornalistas, uns de carreira, outros, não, e eles foram levando isso pra dentro das instituições. E eles foram vendo que ‘poxa, isso é interessante, como é que a gente aplica isso para a área de gestão, para a área de planejamento’”, afirmou.



### ‘Aprender fazendo’

Tamura revelou que acabou sendo uma construção em conjunto, porque ninguém sabia como fazer isso, usar as redes sociais nas instituições públicas. Foi “aprender fazendo mesmo”. “Aí foram desenvolvidos manuais de uso, ‘cases’ foram surgindo mais famosos, isso na área de Comunicação, mas, enfim, isso se ampliou para dentro de outras áreas por conta do método de trabalho. Não é aquela coisa de dar regras, faça assim que você

vai ter o resultado. É: ‘como é que vamos fazer isso?’ Ao invés de procurar as respostas, nós começamos a construir boas perguntas. E a partir daí, uma postura bem de aprendizado mesmo que as coisas foram se revelando”, disse.

### Explicando o HubJus

O curso que acontece na Justiça Federal neste segundo semestre é uma proposta autoral do WeGov. “Nós validamos um método que é uma prática de inovação, inclusive reconhecida internacionalmente pela OCDE – Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico – uma associação com mais de 36 países do mundo todo que tratam desde questões de desigualdades até práticas de gestão para países, e o programa foi reconhecido como uma prática inovadora”, informa.

## Método

“Chegamos a um método em que, elenca-se um desafio institucional – pode ser da área de Comunicação, pode ser da área de Compras, enfim, alguma coisa que seja um desafio para a instituição, um problema – e, a partir de um processo basicamente de três etapas – imersão, ideação e prototipação –, chega-se a uma proposta de solução”, explica o instrutor. “Então a gente vai a campo, pesquisa, entrevista as pessoas que sofrem com esse problema ou desafio, colaboramos em conjunto para dar ideias e solução. Depois, testamos em menor escala para enfim chegarmos à implantação de algo que possa melhorar tanto o trabalho ‘porta pra dentro’, da forma da própria instituição agir, enfim, exercer suas funções, quanto aquele serviço que é prestado no balcão, o que a instituição nasceu para fazer, ‘porta pra fora’.”



## Três momentos

O primeiro momento é o da imersão. É quando a gente pergunta: quais são os nossos problemas? Quais são os nossos desafios? Será que isso é realmente um problema ou é a consequência de algo? Fazemos um exercício de mergulhar a fundo numa situação, num contexto, ver quem são as pessoas que estão envolvidas nele, para só assim falar ‘isso é um problema que nós podemos trabalhar’. Porque também há coisas que estão muito distantes da nossa atuação enquanto profissionais ou enquanto instituição mesmo. O que

está ao nosso alcance e que a gente pode trabalhar e há uma possibilidade de solucionar.

Depois dessa etapa de imersão, a gente vai para a ideação. A partir dessa situação, do problema, pensamos ‘como é que a gente poderia resolver isso?’; ‘o que a gente consegue fazer com os recursos que temos?’ Senão também fica aquela coisa inexecuível.

E, por fim, a prototipação que junta essas duas áreas. O processo que é sequencial, porém ele não é necessariamente linear. A gente está sempre avançando e retornando, avançando e retornando, no que a gente chama de iteração – avançar e retornar. O processo é iterativo e interativo.

A prototipação é o momento em que a gente testa pequeno. Antes de investir 1 milhão em aplicativos, a gente faz as telas do aplicativo em papel, pra ver se aquilo realmente o usuário reconhece como algo que vai solucionar o problema dele.

Depois desses três momentos, de imersão, ideação e prototipação, a gente marca uma apresentação final.



## Evento de encerramento

No dia 07 de dezembro será o grande encerramento, em que cada grupo apresenta, não só para eles mesmos, mas para todo o público e convidados, o que nós fizemos nesses últimos meses e até onde chegamos.

“Em alguns casos o resultado é tão surpreendente que a própria apresentação do trabalho já é a entrega de alguma coisa, ou a assinatura de um documento, ou uma proposta de trabalho que vai começar a rodar na segunda-feira.

Essas três etapas são o centro do trabalho, mas antes disso tivemos um evento de lançamento, para convidar as pessoas. Depois, aconteceram duas oficinas menores com algumas pessoas explicando sobre inovação. Muitas pessoas que estão aqui participaram.

As outras atividades que não estão incluídas nesses três momentos são a sensibilização, as oficinas e o evento de encerramento.”

## ‘Mentores’ e convidados

“Para conduzir os trabalhos nós contamos com o apoio de quatro profissionais que são do governo do Estado do Espírito Santo, do Executivo, como se fossem facilitadores – a gente chama de mentores –, que têm alguma familiaridade com esse método que eu expliquei acima. Eles podem conduzir os grupos nos melhores caminhos. Isso foi fundamental para o sucesso.



Também há convidados que estão atuando como parte de equipes mesmo. Há pessoas inclusive da Universidade Federal do Espírito Santo. Em alguns momentos, há pessoas do IFES, que é um instituto federal. O Tribunal de Contas do Estado participou também como integrante da equipe. E há até pessoas da mesma Região, mas da Justiça Federal do Rio de Janeiro, que é uma outra instituição.

Então os grupos são compostos dessa forma, junto com o auxílio desses mentores pra conduzir os trabalhos.”

## Replicadores

“A participação aqui dos servidores e da própria diretora do foro foi fundamental para o sucesso e uma das entregas desse processo é que algumas pessoas já saiam formadas como replicadores, facilitadores de outros processos.

E não necessariamente, dados os desafios – no caso aqui foram oito desafios –, cada um deles vai ter uma proposta de solução própria. Não necessariamente eles vão ser problemas resolvidos, mas eles podem retornar a etapas anteriores, já sem a nossa participação, depois do dia 7 de dezembro, ano que vem, com um novo diretor, ou enfim dar andamento aos trabalhos sem a nossa participação. Vão estar, eu diria, formados para lidar com outros desafios ou desenvolver as propostas de soluções que foram geradas aqui.”



## Engajamento e seriedade

“Eu quero ressaltar que nós já fizemos isso [esse curso] em muitas instituições, às vezes em tempos menores ou tempos maiores, já aplicamos esses métodos em muitos lugares. Não é uma via de mão única, em que chegamos lá e despejamos o método. Depende muito da resposta, do feedback, do retorno pra nós. E aqui as pessoas que estão participando desse processo foram fundamentais, tanto durante a execução das atividades, como no intervalo entre uma atividade e outra, e a gente ficou muito impressionado com o engajamento, a seriedade – apesar de ser um processo



bem divertido – com que a coisa foi tocada, o profissionalismo com que os trabalhos foram realizados.”

“Realmente, até hoje, talvez tenha sido o melhor lugar em que a gente teve esse retorno. Eu nunca falei isso para outro lugar porque realmente aqui foi surpreendente mesmo. Isso aqui [mostrando os grupos trabalhando no auditório] foi vocês que fizeram, o espaço físico, isso aqui tudo. Nomeando especialmente o Ronnie [Francis Rangel Mariano, supervisor da Sedpe/NGP] e o [Carlos Chaves] Damásio [diretor do NOM] que estão ali todos os dias, não só nos dias em que

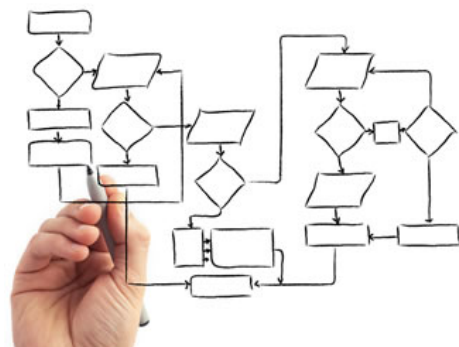
nós estamos aqui. A gente vem lá de Florianópolis aqui para Vitória e eles com um cuidado, um carinho, como eu falei, um engajamento que facilitou em muito o nosso trabalho e já está impactando para o sucesso do programa.”



## ▶ Servidores da SJES concluem mapeamento dos processos de trabalho da área administrativa

Os servidores da área administrativa da Seção Judiciária do Espírito Santo concluíram, no prazo determinado pela Portaria JFES-POR-2017/00089, de 30/10/2017, o mapeamento dos processos de trabalho das seções, núcleos e coordenadorias aos quais estão subordinados.

Esse trabalho teve origem no ‘Programa de Gestão e Inovação – INOVES’, implantado pela diretora do foro desta Seccional, juíza federal Cristiane Conde Chmata-



lik, na portaria JFES-POR-2017/00086, que também instituiu o Laboratório de Inovação da SJES – iJusLab/ES, além de vários outros atos normativos complementares.

## **Bizagi**

A partir de agora, os interessados poderão consultar os 431 processos de trabalho mapeados, criados utilizando a ferramenta Bizagi, padronizada pelo Conselho da Justiça Federal como ferramenta-padrão para a representação de fluxos de trabalho na Justiça Federal, na Intranet.

De acordo com o servidor responsável pelo Escritório de Projetos Estratégicos (EPE), da Seção de Gestão Organizacional (Segor/SG), Sérgio Pereira de Oliveira e Souza, “a estratégia adotada para o mapeamento dos fluxos de trabalho foi a capacitação dos servidores da SJES para a multiplicação do conhecimento sobre a ferramenta Bizagi, iniciada em novembro de 2017, com um curso de três dias ministrado pela servidora aposentada Eliana Reis Bruno, do TRF da 3ª Região”.

Além desse curso, foram realizadas mais quatro oficinas de Bizagi, ministradas pelo responsável pelo Escritório de Projetos/Segor/SG. Sérgio Pereira lembrou, porém, “que os mapeamentos não são estáticos, dada a constante revisão e alteração dos processos de trabalho dos setores, e que, portanto, a lista [de processos mapeados] poderá ser modificada tanto em relação à quantidade de processos quanto com relação aos próprios fluxos já mapeados”.

## **Futuro, ações gerenciais e estratégicas**

O responsável pelo EPE/Segor/SG ressaltou por fim “a importância da realização deste trabalho para o futuro da SJES, devendo os mapeamentos serem constantemente atualizados pelas diversas unidades administrativas que os criaram, pois eles poderão ser utilizados para o estudo de melhorias de processos de trabalho, implantação de indicadores de desempenho, estabelecimento de metas, gestão de conhecimento, ações de inovação, dentre outras ações gerenciais e estratégicas”.

## **► Diretora do Foro institui Projeto de Mediação de Conflitos Interpessoais em ambientes de trabalho da SJES**

A diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, instituiu, por meio da Portaria JFES-POR-2018/00078, de 20 de setembro de 2018, o Projeto de Mediação de Conflitos Interpessoais em Ambientes de Trabalho da SJES.

Para a edição da Portaria, a magistrada considerou o requerimento formulado pela Seção de Serviços de Saúde (Sersau/NGP) sobre o projeto, a necessidade de contribuir para a melhoria do clima organizacional, auxiliando na construção de ambientes de trabalho saudáveis e produtivos e a existência de servidores do quadro devidamente capacitados para atuarem em mediação.

A equipe de trabalho do projeto é composta pelo psicólogo Alexandre Magno Vieira de Paula e pelo assistente social Joel Cardoso Júnior, além de servidores voluntários com experiência em mediação.

Caberá à equipe observar diretrizes básicas como a participação voluntária no programa, com a concordância de ambas as partes envolvidas para se iniciar um processo de mediação; a utilização da comunicação e do diálogo para resolução/pacificação dos

conflitos interpessoais no ambiente de trabalho; a obrigatoriedade do sigilo em relação aos conteúdos tratados durante todo o processo de mediação; e a vedação de participação dos mediadores em Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, mesmo como testemunhas, dentre outras.

A equipe de mediadores voluntários é formada pelos servidores Diana Brandão Maia Mendes de Sousa, Sérgio Henrique Barcelos Silveira, Cíntia Cristieli Borgo, Mônica da Silva Ramos, Maria José Secco Libardi, Lília Coelho de Carvalho e Cláudio Souza Siquara.

## ▶ **Cristiane Chmatalik se reúne com delegados da Polícia Federal para tratar de funcionalidades do e-Proc e o plantão judiciário**

No dia 6/11, a diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, recebeu, na sede desta Seccional, os delegados da Polícia Federal Clarissa Fernandes Dellandrea, Alessandro Rodrigues Batista, Carlos Eduardo A. Thome e Jairo Souza da Silva (atual superintendente da Polícia Federal no Espírito Santo), para tratar de assuntos relativos ao plantão judiciário e ao e-Proc.

Também participaram da reunião os servidores Ana Carla Marques dos Santos, diretora do Núcleo de Apoio Judiciário (NAJ) e Silvana Lúcia Braselina Rodrigues, supervisora da Seção de Suporte ao Sistema Processual Eletrônico (Sespe/NAJ); Cibele Dayrell Cruz Soares, Fabrícia Alves de Castro Pinto, Fernando Rocha Guimarães, Pedro Diaz Leal, Sérgio Batista Pimentel, Thiago Coelho Freitas, Wladimir Barbosa Aires, diretores, respectivamente, da 1ª VF-Cível, 2ª VF-Cível, 1ª VF-Criminal, 2ª VF-Criminal, 3º JEF, 6ª VF-Cível e 1ª VF-EF; além do coordenador da secretaria das Turmas Recursais, Wilmar Carregozi Miranda, e do supervisor da Seção de Gestão Organizacional (Segor/SG), Rafael Lacerda Alves.

Dentre os assuntos tratados estavam a definição do nível de sigilo no cadastramento do e-Proc, as dificuldades no acesso ao sistema SINIC (de onde é retirada a folha de antecedentes criminais), a definição do procedimento da comunicação do flagrante e a comunicação de flagrante por órgãos policiais que não tenham acesso ao sistema e-Proc.

## ▶ **Servidores das Turmas Recursais participam de palestras sobre as principais rotinas de sessão de julgamento do e-Proc**



Nos dias 5 e 6 de novembro, servidores lotados nos gabinetes e nas secretarias das Turmas Recursais do Espírito Santo e do Rio de Janeiro participaram de palestras sobre as principais rotinas da sessão de julgamento do sistema processual e-Proc, da Justiça Federal da 2ª Região.

As palestras foram divididas em dois módulos e os servidores do Espírito Santo participaram por videoconferência.

O diretor da Divisão de Sistemas de Produção e Gestão de Documentos Processuais do TRF da 4ª Região, Luís Fernando Sayão Lobato Ely, foi o palestrante.



## ▶ Varas da Subseção de Cachoeiro de Itapemirim passam a funcionar como juizado adjunto

O presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, desembargador federal André Fontes, a corregedora regional da Justiça Federal da 2ª Região, desembargadora federal Nizete Lobato Carmo, e o coordenador dos juzizados especiais federais da 2ª Região, desembargador federal Aluisio Mendes, assinaram a Resolução Nº TRF2-RSP-2018/00050, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2018, que dispõe sobre a reestruturação e modifica a competência no âmbito das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

No Espírito Santo, a Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim passará a contar com a seguinte estrutura:

### - 1ª Vara Federal, com Juizado Especial Federal Adjunto

Competência privativa para processar e julgar:

- a) em matéria cível, as ações coletivas, populares e de improbidade;
- b) as matérias criminais, incluindo as de Juizado Especial Criminal Adjunto; e
- c) a execução penal.

### - 2ª Vara Federal, com Juizado Especial Federal Adjunto

Competência privativa para processar e julgar:

- a) toda a matéria cível, exceto as mencionadas nos demais incisos e as execuções fiscais; e
- b) as matérias não previdenciárias de competência do Juizado Especial Federal.

### - 3ª Vara Federal, com Juizado Especial Federal Adjunto

Competência privada para processar e julgar toda a matéria previdenciária, tanto de competência das varas federais quanto dos juzizados especiais federais.

O atual Juizado Especial Federal de Cachoeiro de Itapemirim será transformado em 3ª Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, com Juizado Especial Federal Adjunto.

A Resolução entra em vigor a partir de 03/12/2018.

Veja a íntegra da Resolução no [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br).





## ▶ Juiz federal participa do II Ciclo Internacional de Estudos da Ajufesp, em Nova Iorque



O juiz federal Marcelo da Rocha Rosado, do 1º JEF e coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cescon, participou, na última semana, em Nova Iorque, nos Estados Unidos, do II Ciclo Internacional de Estudos, promovido pela Associação de Juízes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul (Ajufesp), com o apoio da Associação de Juízes Federais (Ajufe).

O evento teve como tema Diálogos Acadêmicos: Brasil e EUA e contou com a presença de 25 juízes federais de todo o Brasil, sendo quatro da 2ª Região, com o objetivo de um contato mais próximo com a realidade do sistema jurídico americano, para troca de experiências acadêmicas e institucionais

entre os dois países, especialmente quanto aos desafios e soluções adotadas para resolução dos conflitos jurisdicionais. Marcelo Rosado foi o único magistrado da SJES a participar.

Os encontros acadêmicos foram realizados nas universidades de Fordham e de Columbia, com palestras sobre o sistema constitucional e legal dos Estados Unidos, procedimentos relativos à persecução criminal, corrupção e crimes de colarinho branco, judicialização da política, ativismo judicial e sistema de precedentes. O evento também contou com visitas ao Consulado Brasileiro em Nova Iorque e ao Tribunal de Falências dos Estados Unidos.

“Para mim, o evento foi muito oportuno para conhecer um pouco mais do funcionamento do sistema judicial americano e ter uma visão geral do modo de proceder das instituições judiciais. Pudemos conversar com uma juíza americana e acompanhar suas audiências, trocar experiências com promotores com atuação na esfera federal e também ouvir professores americanos de direito. A experiência permitiu observar pontos de contato e de divergências entre a prática judicial americana e brasileira”, afirmou o juiz.

**\*Com informações do juiz federal Marcelo Rosado**

## ▶ Juízes da SJES participam de encontro internacional na capital argentina

A diretora do foro da SJES, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, e os colegas magistrados Marcelo da Rocha Rosado (1º JEF) e Maria Cristina Ribeiro Botelho Kanto (VF-Colatina) participaram, em 22 e 23/11, do I Encontro Internacional dos Juízes Federais do Brasil, em Buenos Aires, Argentina. O evento foi promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). O objetivo é trocar experiências sobre as legislações dos dois países e a cooperação jurídica no Mercosul.

Cerca de 200 juízes federais brasileiros participaram do encontro.

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, abriu a chamada programação científica, na Universidade de Direito de Buenos Aires. Falou sobre “Os desafios do Poder Judiciário no século XXI”.

Também estiveram em Buenos Aires o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, e o ministro Raul Araújo, ex-corregedor-geral da Justiça Federal.

# Justiça Federal do Espírito Santo informa:

No dia 02/01/2019 o sistema e-proc estará indisponível para usuários internos e externos, da 0h às 6h, para realização da cópia de segurança, e de 6h às 12h para realização das atividades de configuração e testes.

Nesse período não será possível, de forma digital: receber petições iniciais; petições intercorrentes; autuar processos; distribuir processos; consultar processos do e-proc; gerar números de processos; verificar a prevenção de processos no Apolo que constem no e-proc.

O sistema Apolo não será afetado.

**A JFES agradece desde já a todos pela compreensão.**

NCS: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)  
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas



**Informativo produzido pelo:**

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)  
Justiça Federal do Espírito Santo

---

**Contatos:**

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)

Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)

---

**Projeto Gráfico**

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

